

MOVIMENTOS SOCIAIS



O mês de junho de 2018 ficou marcado por uma grande paralisação dos caminhoneiros em todo Brasil. O complexo movimento que parou o país e ficou marcado pelas enormes filas nos postos de combustível em virtude do desabastecimento apresentou enormes sinais da conjuntura que precisam ser lidos e compreendidos.

Greve dos caminhoneiros

O primeiro ponto importante foi o comportamento da grande mídia e da elite durante a greve dos caminhoneiros. Ficou claro que o governo golpista não consegue mais administrar o consórcio do atraso que tomou conta do país com Michel Temer no comando. As inúmeras pressões que vieram de diferentes campos apresentaram um nítido conflito de interesses dentro da elite brasileira, que já vem aparecendo há alguns meses no total desacerto de uma candidatura alternativa à de Lula.

Até Pedro Parente, que parecia ser o homem forte do mercado no governo golpista, não aguentou a múltipla pressão que sofreu a Petrobras e acabou deixando a presidência. A solução encontrada pelos ilegítimos não é sustentável a longo prazo, e a questão dos preços dos combustíveis continuará um problema para a economia.

Por seu lado, a classe média esboçou um apoio ao movimento. Esse apoio tem relação com o comportamento ambíguo da grande mídia, que noticiou o “caos” gerado pelo movimento, mas também legitimou o processo, apontando as condições de trabalho dos caminhoneiros e criticando os altos preços do diesel e da gasolina.

Esses elementos nos trazem ao comportamento dos movimentos sociais nesse processo. É preciso que se diga que a greve dos caminhoneiros foi, mais uma vez, um movimento importante de caráter nacional sem o protagonismo dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda. Se os movimentos sociais tradicionais não compuseram a construção desse processo, é mais do que compreensível que eles não tenham tentado assumir o protagonismo durante a construção da greve.

Especialmente porque o movimento teve contradições ideológicas nítidas. Não foram raras as manifestações a favor de intervenção militar e em apoio à candidatura de Bolsonaro. Por outro lado, também foram diversas as sinalizações no sentido original da greve. Isso implica dizer que o debate “locaute” x “greve legítima” deve ser entendido em dimensões maiores.

Se é fato que o movimento teve o apoio de empresas do setor de transporte que viabilizaram boa parte dos caminhões parados, também é verdade que legitimamente trabalhadores optaram por cruzar os braços. Nesse sentido, nem ao golpe nem à revolução esse movimento deve ser compreendido.

O que esses elementos apontam é que há uma im-

portante parcela da população brasileira capaz de se organizar por métodos heterodoxos (até valendo-se do apoio empresarial) e trazer impacto à conjuntura nacional. Isso ficou provado em 2013, nas manifestações em apoio ao golpe, e agora, na greve dos caminhoneiros. Foi assim com o papel das redes sociais, que, no caso dos caminhoneiros, por meio do whatsapp, se constituíram como elemento fundamental para a organização e a troca de informações. Ainda que descontraídas e vindas de várias fontes diferentes, as palavras de ordem transmitidas via mensagens do aplicativo foram fundamentais para manter os caminhões parados em todo Brasil.

Mas o que também pode ser apontado é que a narrativa construída na sociedade pode ser o sinal mais alentador para a conjuntura. Isso porque o discurso de solução dos golpistas não funcionou. Os painéis arrependidos apareceram, e uma grave crise de legitimidade, principalmente dos setores tradicionais da direita brasileira, ficou mais do que evidente.

Existiram algumas tentativas do movimento sindical de acompanhar o processo, desencadeando diversas paralisações no país. A CUT rapidamente apoiou a greve e a apontou como um importante instrumento de defesa da classe trabalhadora ante aos ataques golpistas. A Federação Única dos Petroleiros (FUP), por sua vez, desencadeou uma série de paralisações nas refinarias em todo Brasil. Interessante perceber que, ao contrário do que fez com os caminhoneiros, o ilegítimo não se dispôs a negociar e deslegitimou a greve, valendo-se do aparato judicial, que impôs uma multa impagável para a Federação e seu presidente, o que acabou inviabilizando a manutenção da mobilização.

Do lado do campo popular, a dificuldade de apresentar um sólido processo de mobilização capaz de gerar a comoção social ocorrida na greve dos caminhoneiros é clara. Essa evidência, cuja análise completa não cabe nesse boletim, demonstra uma razoável dificuldade de diálogo com uma parcela da população brasileira.

E esse diálogo só é possível com Lula. Mesmo preso injustamente, o ex-Presidente mantém a sua estratégia de diálogo com a população. Não por acaso o lançamento de sua pré-candidatura foi simbolizado por uma carta ao povo brasileiro, marcada por uma nítida tentativa de dizer sobre a real necessidade de um novo governo Lula para o Brasil.

Com dois meses completos dessa absurda situação, fica cada dia mais evidente que a população brasileira só consegue uma mínima concordância quando o assunto é o nome de Lula para as eleições presidenciais. De resto, a fragmentação da sociedade aparece cada vez mais e a fragmentação da elite é ainda maior.

O golpe está rachado, e esse é problema dos golpistas. O consórcio circunstancial firmado entre os diferentes setores da elite brasileira, a grande mídia e a direita tradicional aponta para o fato de que o governo Dilma e os governos petistas representavam, de fato, uma ameaça à mentalidade escravocrata e do dinheiro fácil e rápido que governa os setores do atraso.

No entanto, a não ser que seja contra Lula e o PT, os conservadores não conseguem agregar-se em nenhuma outra pauta. Há uma enorme dificuldade que deve prosseguir nos próximos meses. A libertação justa e necessária de Lula será muito difícil. O componente judiciário do golpe continua mantido. O movimento do ministro Edson Fachin, outrora apoiador dos movimentos sociais e de candidaturas petistas, para evitar que o STF julgasse a libertação de Lula no final do mês é prova de que eles continuarão lançando mão de todos os meios possíveis para tentar manter Lula fora da disputa política.

Como já diagnosticado ao longo dos últimos meses, a democracia brasileira só estará minimamente garantida se Lula estiver livre e capaz de disputar as eleições. Mas é preciso que se diga que as garantias mais efetivas do processo democrático vão muito além do processo eleitoral de outubro.

As eleições não apresentam solução eficiente para o dilema do diálogo e da representatividade dos movimentos sociais no Brasil. Lula é fundamental para a estratégia de curto prazo dos movimentos. Principalmente porque Lula é a única força efetivamente agregadora do campo popular. Mas a superação da fragmentação social, dos dilemas de legitimidade e representatividade são tarefas de longo prazo, que demandam uma razoável capacidade de leitura dos atuais desafios do campo popular e especialmente uma aproximação dos interesses políticos da esquerda com os interesses sociais apresentados na necessária superação do ambiente de superexploração, colonialismo e patriarcado presentes na população brasileira.